

Policarpo Quaresma e o triste fim da utopia nacionalista romântica

Policarpo Quaresma and the sad end of romantic nationalist utopia

Izabel Cristina Cavalcanti da Cruz *, *Fausto Calaça***

*Universidade Federal de Mato Grosso, ** Universidade Federal de Mato Grosso

Resumo: Os anos que se seguiram à Revolução Francesa foram marcados por um grande entusiasmo nacionalista que não se manteve restrito à Europa, mas ultrapassou os limites do continente europeu, aportando nos territórios do Novo Mundo que, tocado pelo sopro dos ideais revolucionários, também engendrou os seus próprios ideais nacionalistas. No Brasil, o ideal romântico-nacionalista manifestou-se na exaltação da natureza brasileira, no retorno ao passado histórico e na criação do herói nacional – o índio – eleito aqui como o representante do cavaleiro medieval. No afã de construir um nacionalismo pujante, os escritores românticos inventam um passado com base nas tradições milenares do povo europeu adequando-as, de modo idealista, aos interesses emergentes instaurados pelo evento da Independência. A problematização da utopia nacionalista romântica emerge com o cientificismo já disseminado, no Brasil, a partir da década de 1870 e adquire destaque no alvorecer do século XX, por obra do movimento Pré-Modernista. Entre os intelectuais que buscaram desmascarar o logro romântico destaca-se Lima Barreto. É por meio do romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* que se conhecerá o melhor desempenho limiano no que toca à elucidação dos problemas advindos do idealismo construído pelo projeto romântico.

Palavras-chave: Romantismo. Nacionalismo. Pré-Modernismo. Policarpo Quaresma. Lima Barreto.

Abstract: The years that followed the French Revolution were marked by great nationalist enthusiasm which was a feeling restricted not only to Europe, but also a feeling that crossed the boundaries of the European continent, anchoring to the New World, once touched by the revolutionary ideals, also engendered its own nationalist ideals. In Brazil, the romantic-nationalist ideal was expressed by means of Brazilian nature exaltation, in a return to its historical past and in the creation of a national hero – the Indian – a character here elected as a representative of the medieval knight. In order to develop a powerful nationalism, the romantic writers made up a past based on the tradition of ancient European people adapting those traditions, in an idealistic manner, to the emerging interests initiated by the Independence event. The problematization of romantic nationalist utopia emerges with scientism already widespread in Brazil from the 1870s and gained prominence in the dawn of the twentieth century, through the work of the Pre-Modernist movement. Among the intellectuals which tried to unmask the romantic deception, Lima Barreto is highlighted. By means of the novel *Triste Fim de Policarpo Quaresma* it's possible to get to know the best *limiano* performance, when it comes to the elucidation of problems which arose in the idealism developed by the romantic project.

Keywords: Romantism. Nationalism. Pre-Modernism. Policarpo Quaresma. Lima Barreto.

1 Primórdios da ideia de nação e a literatura romântica

Ao longo da Idade Média, a população que habitava os limites territoriais ainda era composta por pessoas e grupos sociais bastante diferenciados em termos de origens, língua falada, hábitos culturais etc. Nesse momento, as pessoas eram apenas os habitantes de um estado soberano que assegurava a ordem com o apoio da Igreja Católica que, por sua vez, perpetrava a manutenção dessa ordem pelo estímulo da fé dos crentes, fator que garantia uma unidade religiosa entre os membros da comunidade.

Porém, o tempo, em seu imperioso processo de transformação impõe renovações como aquelas advindas de movimentos como a Reforma Luterana, que lançou novas luzes sobre os dogmas da Igreja ao indicar a livre interpretação da “palavra”. Assim, novos valores se interpõem entre crentes e os dogmas católicos, o que enfraquece o poder que a Igreja exercia, até então, sobre a comunidade. A partir do advento da Reforma a Igreja Católica percebe sua vulnerabilidade e a primazia do clero cede espaço para o fortalecimento dos reis que, em curto prazo passarão a dominar e definir o cenário europeu de modo absoluto.

A Igreja Católica, garantidora da unidade religiosa, enfraquece, portanto, com a Reforma, o seu controle sobre a comunidade. A primazia da fé vai sendo desfeita e, em seu lugar, emerge a razão como legitimadora do saber, tendo como ponto central a ciência, nova fonte de apoio para a vida política, econômica e social.

De acordo com Lúcia Lippi Oliveira (1990), o advento dos Estados Nacionais e seu aparelho centralizador inaugura um processo de identificação entre o povo e o rei que, no limite, contribui para que a lealdade ao rei se relacione intimamente com a lealdade à nação. O Absolutismo, como foi chamado o período em que os reis consideravam-se representantes de Deus, inaugura uma nova forma de governo na qual se destaca a figura do monarca soberano.

No século XVIII, porém, nasce a ideia de “nação” como fruto dos ideais propagados pela Revolução Francesa que, ao inaugurar os direitos de cidadania, transforma súditos em cidadãos, reformulando, definitivamente, as relações entre governantes e governados. É nesse momento que as poderosas dinastias dos reis, enfraquecidas cedem lugar a uma nova sociedade (complexa e um tanto contraditória), na qual burgueses enriquecidos e aristocratas empobrecidos se integram para compor um novo governo onde, segundo Oliveira (1990), “povo e nação passam a ser pensados como entidades identificáveis e a questão democrática se introduz na questão nacional” (p. 44).

De acordo com Oliveira (1990), o termo “nação” pode ser definido como unidade simbólica capaz de unificar, de fornecer sentimentos de pertencimento, de permitir a identidade coletiva de uma população. Assim, a partir do advento da Revolução Francesa, o termo “nação” passou a ser empregado enquanto sinônimo de “povo”, agora irmanado pelos direitos garantidos pela Constituição recém-promulgada e, portanto, cômico de um sentimento de pertencimento a uma, então,

jovem nação. Logo, percebe-se que a ideia preconizada pelo advento da Nação funcionou como um poderoso artifício para o domínio da massa popular e como um valioso estimulador do senso de pertencimento de uma comunidade que, doravante, passou a reconhecer uma origem histórica e cultural comuns.

Desse modo, podemos perceber que a formação dos Estados Nacionais, seguida da eclosão da Revolução Francesa, promoveu importantes e profundas transformações no modo de organização do mundo moderno, pois, a partir desse momento:

As nacionalidades ocupam o lugar da fé na construção da identidade. A identidade nacional se confunde com o Estado que, num primeiro momento, se confunde com a pessoa do rei e, depois com os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade da Revolução Francesa. (OLIVEIRA, 1990, p. 44).

Cunha-se, nesse tempo, em terras europeias, o sentimento de nação. É o fim de uma era na qual o poder emanava de um monarca – legítimo representante do poder divino – e o início de um tempo em que se fortalecerão os vínculos entre os indivíduos que agora se reconhecem no âmbito dos mesmos anseios e, acima de tudo, se igualam em torno de um interesse comum em busca do bem estar e da prosperidade. De acordo com Oliveira (1990), a nação é artefato cultural criado no fim do século XVIII que buscará um crescente fortalecimento das nacionalidades por meio de símbolos que viessem a garantir sua unidade e identificação.

Os anos que se seguiram à Revolução Francesa foram marcados por um grande entusiasmo nacionalista que não se manteve restrito à Europa, mas ultrapassou os limites do continente europeu, aportando nos territórios do Novo Mundo que, tocado pelo sopro dos ideais revolucionários, também engendrou os seus próprios ideais nacionalistas. Ainda que a formação dos Estados Nacionais em terras sul americanas tenha ocorrido de forma muito diferente da construção das nacionalidades europeias, é fato que a questão nacional na Idade Moderna passa a ocupar definitivamente o centro das preocupações das elites governamentais. Como afirma Oliveira (1990, p. 50), “a consciência da questão nacional foi sempre expressa por grupos de elite, por lideranças intelectuais que assumem a aventura de pensar em termos nacionais”.

De acordo com Carlos Lessa (2008, p. 237), sobretudo no que concerne à América Hispânica, “o Novo Mundo fornece ao observador uma variedade de nacionalismos e especificidades nacionais cuja trajetória repele generalizações”. Tal afirmação encontra justificativa na formação “demorada e marcada por retrocessos” que definiu os traços gerais dos Estados Nacionais hispano-americanos. Ao tratar do mesmo tema, Lúcia Lippi Oliveira informa que as dissidências internas, oriundas do domínio despótico da Espanha e ocorridas ao longo de séculos, foram seguidas de “uma exclusão irracional dos nascidos na América” (OLIVEIRA, 1990, p. 50) e determinaram os tortuosos caminhos no processo de formação das nacionalidades hispano-americanas e, ainda que esses mesmos percalços possam ter funcionado

como uma alavanca a impulsionar o surgimento de uma consciência nacional, é fato que a construção da Nação pelos países de matriz espanhola ocorreu de forma fragmentada e, muitas vezes, sem que se poupasse o derramamento de sangue.

A trajetória de formação da nacionalidade brasileira ocorre de forma muito diferente daquela que se deu na América espanhola, pois, enquanto nesta a formação das nacionalidades originou-se de uma grande tensão entre a elite colonial e a elite que residia na metrópole espanhola, aqui, pelas terras tupiniquins, a formação de nossa identidade se deu de forma lenta e branda, o que, porém, não resultou na construção de uma nação autônoma e cônica de seus valores potenciais, pois “[...] o Estado Nacional é quem condensa, explicita e formata a nacionalidade brasileira, não sendo, nesse articular, uma originalidade. O traço específico é não tratar do povo.” (LESSA, 2008, p. 238).

Desde os primórdios da colonização brasileira por Portugal, percebe-se a primazia de uma elite intelectual que visava à busca de uma consciência nacional que integrasse aspectos próprios da cultura lusitana – europeia e Iluminista – com os traços oriundos do Brasil que, na época, já demonstrava um caráter próprio e original. Tal panorama fica ainda mais patente com a transferência da Corte Portuguesa para o Brasil, em 1808, que promove a promissora colônia sul-americana à sede do Império Português, reafirmando os laços que unem Portugal ao Brasil. As transformações promovidas pela vinda da Família Real “seduzem” a elite brasileira, que passa a beneficiar-se das melhorias urbanas, econômicas e culturais orquestradas na colônia (Rio de Janeiro) elevada, agora, à condição de capital do Reino de Portugal.

De acordo com Lessa (2008, p. 243), o brasileiro “pacífico e bom vizinho” não via o português como inimigo e, por isso, não se sentia ameaçado pela presença imperial, pois estava cônico de sua condição de colonizado e, portanto, era pouco afeito a possíveis laivos de nacionalismo inflamado. Logo, aceita com um sorriso de benevolência, a presença dos colonizadores europeus. Afinal, nesse momento, a mestiçagem característica do brasileiro ainda não era percebida como um fator genuíno, inquestionável e concreto de que a matriz europeia esmaecia, pouco a pouco, frente à força da miscigenação singular que constituía a população brasileira, já no alvorecer do século XIX.

Sobre esse tema, o autor acrescenta:

Nesse processo de desenvolvimento urbano, surge uma elite atualizada em consumir e fascinada pelo luxo importado. Como contraponto, surge um povo pobre urbano livre que opera parte dos serviços logísticos e comerciais. As famílias poderosas multiplicam os escravos urbanos domésticos, que convivem em simbiose com esse povo pobre. Complexas relações de clientela e proteção se desenvolvem nesse ambiente urbano. É, definitivamente encerrada, a sangria de ouro pela fiscalidade lusa. São preservados, além da escravidão, o regime de sesmaria para a propriedade da terra e a ligação Igreja-Estado. O catolicismo permanece religião oficial. A máquina da Igreja,

como projeção do Estado, servirá de base, posteriormente, para a transmutação fundiária da terra em registro patrimonial negociável. Em resumo: a Coroa transferida, sedimentada e mais robusta, “recicla” as antigas elites, as incorpora à corte e afasta o risco da ruptura republicana. (LESSA, 2008, p. 242).

A Independência do Brasil e a consequente formação do Estado Nacional Brasileiro ocorrem sem guerras ou revoluções populares. Lessa (2008 p. 242) afirma que “não houve, no Brasil, rancor contra a metrópole lusitana”. Contrária aos fatos que conformaram a formação das nações hispano-americanas fez-se regra, no Brasil independente, manter a elite colonial nos cargos públicos: “[...] o Brasil independente surgiu sem conflitos e – salvo umas insignificantes manifestações – sem tensão com os portugueses. Foi o ‘parto sem dor’ de um Estado Nacional” (LESSA, 2008, p. 242). Assim, é nítido que a formação da nacionalidade brasileira arquitetou-se pela hábil parceria entre os governantes e a elite brasileira que, descomprometida com a fundação de uma nação autônoma e consciente, anula a participação popular do processo de construção do país:

Aqui, desde o início, as elites coloniais optaram por fidelidade ao governante bragantino. Não prosperou nenhum sistema alternativo de fé ou explicação do mundo. Para a minúscula elite de riqueza e poder, tudo permaneceu o mesmo [...] Na construção nacional, o tema do povo com plenitude cidadã foi desconhecido (LESSA, 2008, p. 242-243).

Em 1822, dá-se o advento da proclamação da Independência do Brasil, fato que, no entanto, não propiciou a rotação da fiel, rica e poderosa elite. Porém, plantadas as sementes do civismo, flagrou-se, nas terras recém libertas, a existência de uma elite intelectual ávida por “construir” a Nação Brasileira. Era o tempo da busca incessante pela autenticidade nacional. Afinal, um país independente que pretendesse exercitar a sua autonomia, não poderia prescindir de exaltar os aspectos genuinamente nacionais. Pela primeira vez, expõe-se uma lusofobia que, se latente nas plenas regalias das quais gozavam a elite ilustrada colonial, manifesta-se, claramente, em uma parcela da intelectualidade, no cenário do brasileiro. Logo, a história nos ensina que, se por um lado, para uma parte da elite, a busca de uma identidade genuinamente nacional não se conformou como um projeto urgente e indispensável, outra parte desse grupo, comprometida e empreendedora “constituiu por outro lado, um sentimento frequente daqueles brasileiros que sonhavam com um projeto nacional que cortasse as amarras do domínio e da presença lusa no país” (OLIVEIRA, 1990, p. 52).

A geração de intelectuais brasileiros que vicejou no período imediatamente posterior à Independência política do país, almejava acompanhar as demais nações independentes, como forma de adentrar, definitivamente, no mundo moderno. Mas, para atingir tal intento seria necessário que o país se fortalecesse enquanto nação

soberana. À semelhança do que já ocorria no mundo europeu romantizado, iniciou-se, também no Brasil, uma busca pelos valores próprios à pátria recém “conquistada” e elementos típicos do ser brasileiro como a natureza exuberante e o índio foram valorizados como forma de garantir a unidade simbólica da nação brasileira. Certos de sua responsabilidade frente à demanda das questões nacionalistas, a intelectualidade do jovem país

[...] desenvolve uma profunda consciência do tempo, da história e da necessidade de formulação de um projeto nacional. Enquanto funcionários importantes da administração imperial trabalham e esperam pelo advento da nação brasileira. (OLIVEIRA, 1990, p. 53).

No que tange à Literatura, ecoa no Brasil o movimento romântico, o qual já houvera eclodido em terras europeias. De acordo com Domício Proença (1992), a escola estética denominada como Romantismo surge na Europa na segunda metade do século XVIII e se estende até a primeira metade do século XIX, pois a partir desse momento novas forças determinarão o percurso cultural do homem. Diversas foram as características do movimento romântico cujo advento determinou a derrocada da estética neoclássica fundada sob o império da razão e da verdade, porém, no que tange às questões nacionais, Proença destaca:

Entre outros traços, há, agora, a intensificação do sentimento de nacionalidade; disputa-se o gosto pelas tradições locais, pela poesia popular, pela história e pela literatura da Idade Média. O homem do novo tempo diz não aos modelos clássicos, até então norteadores da visão do mundo e das concepções da arte que se caracterizou, sobretudo em seu momento inicial, pela busca dos valores constitutivos da nacionalidade brasileira. (PROENÇA, 1992, p. 214).

Assim como ocorreu em terras europeias, no Brasil, o ideal romântico também cultivou o nacionalismo, manifestando-o na exaltação da natureza brasileira, no retorno ao passado histórico e na criação do herói nacional – o índio – eleito aqui como o representante do cavaleiro medieval. O Romantismo, em terras brasileiras, não ficou restrito ao campo das artes, apresentando um caráter político que se revelou na grandiosa missão de construir literariamente a pátria brasileira:

O movimento romântico busca a peculiaridade brasileira e mantém um senso profundo de realidade e do momento que o país atravessa logo após a independência. A valorização do indivíduo singular, do espírito do povo, do solo nativo se compõem para organizar a singularidade de cada povo, em

oposição ao universalismo referente à evolução geral do gênero humano. (OLIVEIRA, 1990, p. 54).

É, ainda, Lúcia Lippi Oliveira que observa a importância que o movimento romântico confere à tradição em sua busca pelo que é singular em cada cultura ao afirmar:

[...] cada povo deve conhecer e preservar o que lhe é próprio em oposição a um código universal e válido para todos os homens. Neste sentido, os românticos representam a mais alta consciência da nacionalidade. (OLIVEIRA, 1990, p.54).

O ideal patriota posto na determinação em resgatar os valores nacionais e construir um ideário simbólico para, assim, fortalecer a nação brasileira, contou, no campo literário, com um aliado de peso: o escritor José de Alencar.

José de Alencar produziu uma vasta obra entre 1856 e 1857. Com sua obra ambiciosa, no que concerne ao projeto de construção de um ideal nacional, o autor se encarregou de, no plano literário, forjar e fortalecer uma identidade brasileira. A questão nacional era a maior preocupação dos intelectuais do período que, em face da independência do país, visavam adequar suas narrativas às necessidades exigidas para a prosperidade do nacionalismo que deveria nascer e se fortalecer continuamente na população do jovem país e, portanto, precisava ser estimulado. Adepto que era da estética romântica, cujas raízes estavam profundamente fincadas na Europa, Alencar, à semelhança do que ocorria com os românticos europeus, também objetivou resgatar a origem da nacionalidade brasileira, voltando-se, para tanto, para o passado, em busca de elementos que pudessem simbolizar a grandiosidade do projeto nacional, como nos revela Oliveira (1990):

Se o Romantismo, histórico no caso europeu, recuperou o passado histórico representado pelo medieval, pelo gótico, para a construção do ideário simbólico da nação, no Brasil a construção é mais complicada, já que não houve uma Idade Média, a ser recuperada. Isto levou autores como José de Alencar, a construir uma Idade Média imaginária. (OLIVEIRA, 1990, p. 54-55).

Tal característica é levada ao extremo pelo escritor romântico José de Alencar em *O Guarani*, obra considerada como uma grande epopeia da formação da nossa nacionalidade. Renato Ortiz (1988) debruça-se sobre a idealizada aventura do igualmente idealizado índio Peri nos remotos tempos da história brasileira e afirma que “todo o romance se passa, portanto, fora da realidade, nos tempos imemoriais, e num espaço que reproduz a civilização e a natureza, quando se dá a origem da nação brasileira” (ORTIZ, 1988, p. 262).

Renato Ortiz (1988) chama a atenção para a diferença que separa a construção da nacionalidade na Europa e no Brasil, pois enquanto aquela possuía um passado histórico sedimentado na Idade Média e, logo, capaz de alimentar o ideário romântico, este, concretizado na pessoa de Alencar, recorre à imaginação para falar do medievo, haja vista que o Brasil não viveu os tempos medievais. Assim, ao abordar o romance *O Guarani* na perspectiva da fundação da nacionalidade, Ortiz afirma que “a construção da identidade nacional é neste sentido puramente simbólica, e deve se voltar para o futuro, isto é para o que se pretende criar, e não tanto para o que efetivamente ocorreu” (ORTIZ, 1990, p. 261-262).

Antonio Candido, ao nos apresentar a obra alencariana, observa:

O Guarani (1857), cuja ação decorre no século XVI e é o mais popular dos seus livros, tem essas duas coisas, além de facilitar pelo próprio enredo a escrita poética e empolada que marcou o Romantismo. Amor, bravura, perfídia se combinam nele para dar ao leitor o espetáculo de um Brasil plasticamente belo, enobrecido pelas qualidades ideais do epônimo indígena. Parecia uma demonstração da capacidade de produzir narrativas tão atraentes quanto as que as traduções de Walter Scott e Alexandre Dumas proporcionavam, inclusive pelo afastamento no tempo e pelo sentimento de exotismo que o homem da cidade experimentava em face das descrições de florestas e grandes rios, sem falar da história de feitos de um passado que poderia parecer tão fascinante quanto o europeu. (CANDIDO, 2002, p. 65-66).

O pensamento de diversos estudiosos que analisaram a obra de José de Alencar nos leva a compreender que a produção literária pós-independência brasileira revela o valor do esforço empreendido pela intelectualidade brasileira atuante no século XIX em prol da construção de uma identidade nacional brasileira. Porém, como já foi observada por diferentes críticos, a tentativa romântica de construção dessa identidade acaba por delinear uma visão idealizada e, em grande parte, distorcida da realidade brasileira, na medida em que, a construção do índio – a partir do intento de elevá-lo a símbolo da nacionalidade – mais o aproximou do que o afastou do padrão europeu e logo, do colonizador. Esse descompasso foi um ponto de reflexão para a crítica.

Assim, alguns críticos do Romantismo brasileiro apontaram para um aparente desconhecimento do país pela intelectualidade do Brasil oitocentista que, consubstanciada ao litoral carioca, desconhecia a paisagem pintada em suas obras. Exemplificamos este tipo de crítica na seguinte reflexão de Nelson Werneck Sodré acerca do escritor José de Alencar:

[...] seu indianismo era falso e postiço, copiado de modelos estrangeiros [...] seu senso de paisagem era falso. Alencar não

conhecia a natureza brasileira e descreveu-a sem os recursos da observação, apenas fundado numa ênfase lírica que impressionou os leitores de seu tempo [...] (SODRÉ, 1965, p. 51-52).

Antonio Candido (1975) adiciona alguns ingredientes a essa discussão ao revelar que os românticos encaravam o índio como elemento básico para despertar as emoções patrióticas. Porém, Candido lembra que, em relação à figura do índio que preponderou no indianismo formal, “não há dúvida que, deformado pela imaginação, ele se prestava a receber características que a este conferiu o Romantismo” (p.20). Nos anos 1970, voltando-se para o ideário do Modernismo e sua relação com o índio brasileiro, Candido revela:

Em nossos dias o neo-indianismo dos modernos de 1922 [...] iria acentuar aspectos autênticos da vida do índio, encarando-o, não como gentil-homem embrionário, mas como primitivo, cujo interesse residia precisamente no que trouxesse de diferente, contraditório em relação à nossa cultura européia. O indianismo dos românticos preocupou-se sobremaneira em equipará-lo qualitativamente ao conquistador, realçando ou inventando aspectos do seu comportamento que pudessem fazê-lo ombrear com este – no cavalheirismo, na generosidade, na poesia. (CANDIDO, 1975, p. 20)

Ainda, em sua obra *Formação da Literatura Brasileira*, Antonio Candido (1975), acrescenta elementos que alimentam a reflexão acerca da questão indianista:

Assim como Walter Scott fascinou a imaginação da Europa com os seus castelos e cavaleiros, Alencar fixou um dos mais caros modelos da sensibilidade brasileira: o do índio ideal, elaborado por Gonçalves Dias, mas lançado por ele na própria vida cotidiana. As Iracemas, Jucis, Ubiratãs, Ubirajaras, Aracis e Peris, que todos os anos, há quase um século, vão semeando em batistérios e registros civis a “mentirada gentil” do indianismo, traduzem a vontade profunda do brasileiro de perpetuar a convenção, que dá a um país de mestiços o alibi duma raça heróica, e uma nação de história curta, a profundidade do tempo lendário (CANDIDO, 1975, p. 224).

Como podemos observar, as questões ligadas à identidade nacional e ao indianismo revelam-se controversas no cenário de um país como o Brasil que se conformou à sombra da Europa. Sobretudo, na época em que imperou a estética do Romantismo, percebe-se que foi empreendido um grande esforço pela intelectualidade rumo à busca de características genuinamente nacionais que

pudessem engendrar a nação que, agora transformada em “mãe gentil”, convidava seus filhos a ver “a liberdade, no horizonte do Brasil”. Porém, o esforço empenhado nem sempre obteve o resultado esperado: a tentativa de retratar o cerne da nação pelo romance alencariano resultou em certa artificialidade frente aos modelos europeus. O silvícola, idealizado é “criado à imagem e semelhança da comunidade feudal europeia” e “esconde, na ideologia de seu criador, uma franca apologia ao colonizador” (BOSI, 1986, p. 179).

Os caminhos referentes à questão da nacionalidade brasileira são tortuosos. No afã de construir um nacionalismo pujante, os escritores românticos buscam, à semelhança do que se operava no Romantismo europeu, recuperar o passado – momento original no processo de formação da identidade nacional. Nesse contexto, “aparecia o índio como símbolo privilegiado, que encarnava o país no que este possuía de mais autêntico, podendo assim receber por transferência as expansões mais nobres da alma” (CANDIDO, 2002, p. 88).

Sob esse aspecto, faz-se necessário refletir acerca da importância do fortalecimento do nacionalismo para o país que se tornara independente após um passado de dominação pela Metrópole. Assim, impõe-se sobre as diversas contendas que ora elevaram, ora denegriram os ideais indianistas a presença, no cenário nacional de heróis como Peri a vicejar “como resposta ao desejo ideal de heroísmo e pureza a que se apegava, a fim de acreditar em si mesma, uma sociedade mal ajustada, em presa a lutas recentes de crescimento político” (CANDIDO, 1975, p. 223).

2 Lima Barreto: crítico do nacionalismo forjado

A insurreição literária contra o ideário artificial da Pátria tem início em 1870, pela ação do grupo de intelectuais denominado como “geração modernista de 1870” (SEVCENKO, 2009, p. 97). De acordo com Sevcenko, essa “geração” caracteriza-se pelo caráter de engajamento com o qual condenam o arcabouço imperial e pelo clamor com que pregam a necessidade de reformas amplas e severas para o Brasil. Será, porém, por meio da estética pré-modernista que o potencial crítico dos intelectuais se manifestará com maior ênfase em face das questões relativas à realidade social e às questões nacionalistas intrínsecas a essa realidade. O Pré-Modernismo se caracteriza como um movimento fermentador das grandes inovações que, pouco tempo depois, eclodiriam no Modernismo. É, pois, considerado pré-modernista “tudo o que, nas primeiras décadas do século, problematiza a nossa realidade social e cultural” (BOSI, 1986, p. 345).

Algumas personalidades literárias destacam-se no período denominado com Pré-Modernismo. Escritores como Graça Aranha, Euclides da Cunha, Monteiro Lobato destacam-se no cenário literário ao agitar, com o vigor de suas obras, a estagnação cultural em que estava imersa, a *Belle Époque* tupiniquim. Porém, coube ao autor carioca pré-modernista Lima Barreto, com sua obra plena de provocação e rebeldia, anuviar o “sorriso da sociedade” decadente e retrógrada que imperava no

Brasil da Primeira República a missão de proceder à revisão crítica do nacionalismo idealista, o qual, arquitetado pelos escritores românticos, ainda ressoava no cenário do país, agora republicano.

Nesse aspecto, segundo Nicolau Sevcenco, o escritor carioca Lima Barreto faz parte de uma “espécie de escritores-cidadãos” que “exerciam suas funções com os olhos postos no centro da decisão e nos rumos da sociedade numa atitude pervicaz de nacionalismo intelectual” (SEVCENCO, 2009, p. 135).

Toda a obra do escritor Lima Barreto foi composta com a tinta da crítica lúcida e do sentido de justiça que o acompanhou ao longo de toda a sua vida. Em sua obra, não faltaram alusões ao modo distorcido com que a nação fora engendrada e muito menos ao cosmopolitismo em seu teor mimético e indiferente aos elementos constituintes da cultura nacional. Porém, foi com o *Triste fim de Policarpo Quaresma* que o autor carioca manifestou e esmiuçou com mais ênfase, um grave problema brasileiro: o “nacionalismo ornamental” que, construído pelos idos do movimento romântico, funcionava, ainda no século XX, como viga mestra no cenário nacional da Primeira República. Da consciência dessa situação, a obra limiana emerge como uma denúncia, sob a forma caricata do personagem Policarpo Quaresma, o engodo do projeto nacionalista criado pelos escritores românticos. Por meio desse romance se revelam as barreiras que se apresentam quando se pretende articular o conceito da identidade nacional: “o personagem do romance assume o patriotismo como uma religião, buscando a todo custo uma autenticidade para a nação brasileira” (CUTI, 2011, p. 47).

Triste fim de Policarpo Quaresma chega às livrarias cariocas no ano de 1915. O romance foi bem recebido pela mesma crítica que tempos atrás havia “trucidado” a obra de estreia de Lima Barreto: *Recordações do escrivão Isaías Caminha* (1909). A narrativa tem como protagonista o major Policarpo Quaresma e descreve a saga desse nacionalista ufanista, durante os primeiros anos da República, que, com sua ingenuidade e boa fé, sonhava em resgatar a identidade nacional, conduzindo, assim, a pátria ao destino de país de primeiro mundo, conforme o narrador do romance nos revela:

A convicção que sempre tivera de ser o Brasil o primeiro país do mundo e o seu grande amor à pátria eram agora ativos e impeliram-no a grandes cometimentos. Ele sentia dentro de si impulsos imperiosos de agir, de obrar e de concretizar suas idéias. Eram pequenos melhoramentos, simples toques, porque em si mesma (era a sua opinião), a grande pátria do Cruzeiro só precisava de tempo para ser superior à Inglaterra. (LIMA BARRETO, 2000, p. 14-15).

Compreendemos o *Triste fim de Policarpo Quaresma* a partir de três grandes núcleos sobre os quais a obra repousa: o retrato do protagonista – momento em que o personagem inicia uma busca utópica pelos aspectos conformadores da identidade nacional; a situação da agricultura – momento em que o protagonista

investe na ideia de salvar o Brasil rural; e o levante da Armada – ápice da narrativa e do desencanto de Policarpo, que percebe as profundas feridas escondidas pela República recém-proclamada. A partir da narração das aventuras vividas pelo personagem principal, Lima Barreto aborda a questão do nacionalismo, construindo o enredo da obra sob o enfoque ufanista e crítico em uma franca alusão ao mimetismo que assimilava de modo incondicional a cultura europeia. Policarpo Quaresma é apresentado, na obra, como um homem culto, patriota forjado nas leituras de cunho romântico-nacionalistas que apontavam para a existência de um país glorioso. Atitude irônica, o personagem limiano visa a desmascarar uma farsa engendrada no seio da *Belle Époque*, que mergulhou o país em um cosmopolitismo desvairado e indiferente à originalidade nacional. A descrição do acervo da biblioteca de Policarpo ilustra a fixação do personagem pelos temas nacionais:

Havia perto de dez, com quatro prateleiras, fora as pequenas com os livros de maior tomo. Quem examinasse vagorosamente aquela grande coleção de livros havia de espantar-se ao perceber o espírito que presidia a sua reunião. Na ficção, havia unicamente autores nacionais ou tidos como tais: o Bento Teixeira, da *Prosopopéia*; o Gregório de Matos, o Basílio da Gama, o Santa Rita Durão, o *José de Alencar (todo)*, o Macedo, o Gonçalves Dias (todo), além de muitos outros. Podia-se afiançar que nem um dos autores nacionais ou nacionalizados de oitenta pra lá faltava nas estantes do major. (LIMA BARRETO, 2000, p. 4, grifos nossos).

Diante do acervo literário que o personagem possui, podemos reconhecer a origem do desmedido patriotismo que domina Policarpo Quaresma: a partir do Brasil oficial cristalizado no ideário romântico engendrado por índios europeizados e em uma natureza exuberante e promissora. Repleto desse ideário nacionalista propagado pelo Romantismo, Policarpo constrói uma imagem idealizada do país que, destituída de crítica, conduz a uma concepção da realidade brasileira, segundo o que era apresentado nas obras sob as quais se debruçava, conforme destaca o narrador do romance:

A razão tinha que ser encontrada numa disposição particular de seu espírito, no forte sentimento que guiava sua vida. Policarpo era patriota. Desde moço, aí pelos vinte anos, o amor da pátria tomou-o todo inteiro. Não fora o amor comum, palrador e vazio; fora um sentimento sério, grave e absorvente. Nada de ambições políticas ou administrativas; o que Quaresma pensou, ou melhor: o que o patriotismo o fez pensar foi num conhecimento inteiro do Brasil, levando-o a meditações sobre os seus recursos, para depois então apontar os remédios, as medidas progressivas, com pleno conhecimento de causa. (LIMA BARRETO, 2000, p. 5).

Para denunciar os desmandos dos dirigentes da República, Lima Barreto dá vida ao ingênuo Major Quaresma, um patriota ufanista que não percebe que o sentimento com o qual alimenta seus sonhos é o mesmo que dá o tom à ordem estabelecida pela mão de ferro da Primeira República brasileira. Tal ideia é defendida por Nicolau Sevckenko:

As mazelas do governo republicano, Lima Barreto não se cansa de causticá-las por toda a sua obra. Suas sátiras aparecem mais concentradas e mordentes, contudo [...] no *Triste fim de Policarpo Quaresma* [...] (SEVCENKO, 2009, p. 201).

Por meio da obra *Triste fim de Policarpo Quaresma*, Lima Barreto denuncia o nacionalismo de fachada que, inaugurado pelos românticos no século XIX e semeado com afinco pela elite intelectual e política do Brasil republicano, constrói um patriotismo artificial e exibicionista e, portanto, incapaz de fortalecer os vínculos com a pátria. Arguto analista das mazelas do país, Lima Barreto aponta, também, por meio de seu Policarpo, a fragilidade do patriotismo que vigorava então e que, quando levado a sério, transformava-se em matéria de paródia. Afinal, em um contexto comandado por padrões europeus, os ideais nacionalistas, tendiam a ser sumariamente rejeitados e até mesmo transformados em alvo de chacota e escarninho, como ocorre com o Major Quaresma.

Policarpo respeita o mito nacionalista e acredita que é possível construir um país autônomo e consciente:

Assim, depois de trinta anos de meditação patriótica, era um nacionalista exaltado que se julgava em condições de propor e lutar por reformas radicais no país. Já era então um estudioso que procurava na fonte as nossas autênticas tradições folclóricas, e tomando como regra de conduta os costumes do tupinambás e valorizando as modinhas populares. Com isto, meditava grandes obrigações que visavam, segundo ele, “à emancipação de um povo”. (PRADO, 1988, p. 39).

Policarpo nutre um fervoroso e verdadeiro amor à sua pátria e, por isso, configura um projeto cultural que objetiva à valorização do que fosse genuinamente nacional como, por exemplo, a adoção da língua tupi como idioma oficial do país. Para tanto, envia na forma de um documento ao Congresso Nacional um pedido ingênuo e bem intencionado, despercebido de que tal ato de civismo exacerbado determinaria o início de sua derrocada, repercutindo como uma loucura irreversível. No citado documento, expõe seu bem intencionado projeto:

Policarpo Quaresma, cidadão brasileiro, funcionário público, certo de que a língua portuguesa é emprestada ao Brasil; certo também de que, por esse fato, o falar e o escrever em geral, sobretudo no campo das letras, se vêem na humilhante contingência de sofrer continuamente censuras ásperas dos proprietários da língua; sabendo, além, que, dentro do nosso país, os autores e os escritores, com especialidade os gramáticos, não se entendem no tocante à correção gramatical, vendo-se, diariamente, surgir azedas polêmicas entre os mais profundos estudiosos do nosso idioma – usando do direito que lhe confere a Constituição, vem pedir que o Congresso Nacional decrete o tupi-guarani como língua oficial e nacional do povo brasileiro [...] Seguro de que a sabedoria dos legisladores saberá encontrar meios para realizar semelhante medida, e cômscio de que a Câmara e o Senado pesarão o seu alcance e utilidade. (LIMA BARRETO, 2000, p. 41).

A desastrosa proposta de adoção da língua tupi, como era de se esperar, não foi bem recebida, contrariamente às expectativas de Policarpo, a recepção do público ocorreu em forma de troça e escárnio e da previsível suspensão de suas funções públicas. Assim, desacreditado e humilhado, parte para o campo e, em seu sítio “Sossego”, inicia uma epopeia rumo à reforma agrária:

Planejou a sua vida agrícola com a exatidão e meticulosidade que punha em todos os seus projetos. Encarou-a por todas as faces, pesou as vantagens e ônus; e muito contente ficou em vê-la monetariamente atraente, não por ambição de fazer fortuna, mas por haver nisso mais uma demonstração das excelências do Brasil. (LIMA BARRETO, 2000, p. 68-69).

Começa, nesse ponto, a trajetória de um patriota agricultor que, impulsionado pelo senso ufanista, vê nas terras brasileiras “os terrenos mais férteis do mundo” (LIMA BARRETO, 2000, p. 68). Major Quaresma investe em projetos agrícolas. No entanto, a real situação da agricultura brasileira o desanima: os altos impostos, as perseguições políticas e um ataque fulminante de saúvas põem fim à quimera de reformular o país, investindo em seu potencial agrícola. Descobre, repentinamente que, em nossa terra, nem sempre “em se plantando, tudo dá”. Toda essa frustração advinda da ideia errônea de que “o que era principal à grandeza da pátria estremecida, era uma forte base agrícola, um culto pelo seu solo ubérrimo” (LIMA BARRETO, 2000, p. 69-70), seguida da visível impossibilidade de realizar uma revolução agrária, levou o Major a desencantar-se das terras do Sítio do Sossego, onde havia se instalado para iniciar seu projeto reformador do Brasil, cuja base, acreditava estar no potencial contido nas terras brasileiras.

Em seguida, ocorre a eclosão da Revolução da Armada. Policarpo decide apoiar o Marechal Floriano Peixoto. Incorporado a uma guarnição militar, passa a

defender os ideais pátrios com seu ímpeto característico, porém, já a faceta despótica e tirana do Marechal de Ferro, revelam-se a Quaresma. O revolucionário autêntico construído pelos sonhos visionários do ingênuo Major surge, agora, em sua real aparência, como podemos observar pela descrição do modelo governamental adotado pelo presidente e apontado por Quaresma:

A sua concepção de governo não era o despotismo, nem a democracia, nem a aristocracia; era a de uma tirania doméstica. O bebê portou-se mal, castiga-se. Levada a cousa ao grande, o portar-se mal era fazer-lhe oposição, ter opiniões contrárias às suas e o castigo não eram mais palmadas, sim, porém, prisão e morte. (LIMA BARRETO, 2000, p. 137).

E, cada vez mais descrente da pátria que sonhara, Policarpo nos revela:

Esta vida é absurda e ilógica; eu já tenho medo de viver. Tenho [...] medo, porque não sabemos para onde vamos, o que faremos amanhã, de que maneira havemos de nos contradizer de sol para sol [...] Além do que, penso que todo este meu sacrifício tem sido inútil. Tudo o que nele pus de pensamento não foi atingido; e o sangue que derramei, e o sofrimento que vou sofrer toda a vida foram empregados, foram gastos, foram estragados, foram vilipendiados e desmoralizados em prol de uma tolice política qualquer [...] Ninguém compreende o que quero, ninguém deseja penetrar e sentir; passo por doido, tolo, maníaco e a vida se vai fazendo inexoravelmente com a sua brutalidade e fealdade. (LIMA BARRETO, 2000, p. 178-179).

3 Policarpo Quaresma e a nação brasileira

O escritor carioca Lima Barreto produz uma obra, cujo tom crítico incita à revisão dos mitos que conformaram, ao longo do século XIX, a nação brasileira. De acordo com Silviano Santiago (1982, p.163), “entre os romances de Lima Barreto, *Triste fim de Policarpo Quaresma* é o que oferece a melhor composição ficcional. Tudo nele conspira para o sucesso que merecidamente vem colhendo desde 1911”. Acrescentamos que é por meio do major Policarpo Quaresma que conhecemos o melhor desempenho limiano, no que toca à expressão dos problemas advindos do idealismo construído pelo projeto romântico. Em nome de um amor descomedido pela pátria, o herói, empreende uma caminhada em busca do fortalecimento dos símbolos nacionais que vai culminar com a sua participação na Revolta da Armada. Porém, nos revela Lima Barreto, terminada a Revolta, Policarpo é classificado como carcereiro do presídio da Ilha das Cobras. Nesse ambiente, onde imperam o arbítrio e os desmandos do governo repressor, instaurados no primeiro período republicano, o

major Policarpo, assiste “ao sinistro alicerçar do regime” (LIMA BARRETO, 2000, p. 186). É nesse momento que reconhece, definitivamente, o modo ditatorial como são direcionadas as ações governamentais e, em seu estertor, o patriota justo e – de certa forma, romanticamente – comprometido com os valores nacionais, denuncia as atrocidades que testemunha na prisão. Este seu derradeiro ato, leva-o à condenação e, posteriormente, à morte.

As últimas reflexões de Policarpo Quaresma, momentos antes de sua execução, revelam a profunda decepção de um patriota que, perdido nos devaneios de sua ingenuidade, não foi capaz de proceder a uma visão crítica do ufanismo imperante no país que, falso, sempre promoveu a exaltação de uma pátria esvaziada de projetos. É o triste fim de um patriota que ofereceu sua vida a uma nação de papel:

A pátria que quisera ter era um mito; era um fantasma criado por ele no silêncio do seu gabinete. [...] E, bem pensando, mesmo na sua pureza, o que vinha a ser a Pátria? Não teria levado toda a sua vida norteado por uma ilusão, por uma ideia a menos, sem base, sem apoio, por um Deus ou uma deusa cujo império se esvaía? (LIMA BARRETO, 2000, p. 188-189).

4 Considerações finais: Policarpo Quaresma e o ressentimento no Brasil

Uma das mais importantes características do movimento romântico brasileiro foi quanto à preocupação com a formação da identidade nacional. Para tanto, a intelectualidade romântica elegeu elementos que, segundo sua crença, representaria de modo genuíno, a nacionalidade brasileira. Exaltados e idealizados, os índios e a exuberância da natureza brasileira se configuram como os principais monumentos – símbolos erigidos pelo movimento romântico brasileiro rumo à busca e fortalecimento da nação.

O personagem Policarpo Quaresma, com seu ingênuo patriotismo, encarna o ufanismo propagado pela intelectualidade do século XIX. Porém, a fina ironia com a qual Lima Barreto delinea as ações do intrépido Major é a tônica para o desencadeamento de uma crítica acerca do nacionalismo utópico sob o qual repousa a nação brasileira.

Logo, infere-se que o romance *Triste fim de Policarpo Quaresma* visa dessacralizar o ideário utópico que predomina na realidade brasileira ao denunciar a passadismo das ideias românticas e o perigo de uma nação forjada em um idealismo superficial e retrógrado. Em suma, a obra reconstrói e desconstrói o ufanismo nacionalista criado pelo ideário do Romantismo.

Em face do tema abordado na obra, referente às questões da nacionalidade, questões essas que têm sido objeto de reflexão da intelectualidade em diversos

momentos da história brasileira, intuímos que o personagem Policarpo Quaresma se constitui como uma expressão estética do ressentimento latente nos indivíduos que compõem a sociedade brasileira do início do século XX. A origem desse ressentimento estaria situada nesse período da história brasileira, pois, nesse momento, o cosmopolitismo que dominava o cenário nacional, sobretudo, na capital do Brasil, traduzia a alienação do brasileiro aos valores propugnados pelo mundo europeu desenvolvido. Assim, de acordo com Maria Rita Kehl:

[...] a alienação ao desejo do Outro – no nosso caso, representado pelo estrangeiro do mundo “desenvolvido” – faz com que não nos apoderemos da história como sujeitos. Não passamos nada a limpo, não elaboramos nossos traumas nem valorizamos nossas conquistas. Por essa mesma razão estamos sempre em dívida para com uma identidade perdida. (KEHL, 2004, p. 237).

Policarpo Quaresma é um personagem que busca soluções diversas para o Brasil. O fracasso dos seus projetos, a sua desilusão e o seu triste fim – a prisão, a condenação e o fuzilamento – nos remetem ao “ressentimento brasileiro” (KEHL, 2004): um tipo de mal-estar que se atualiza a cada nova leitura deste romance. Logo, um mal-estar que se refere aos leitores brasileiros.

Pensamos que *Triste Fim de Policarpo Quaresma* – legitimado como um dos mais importantes romances sobre o nacionalismo brasileiro – poderia também ser lido como uma representação romanesca do ressentimento no contexto cultural e político do Pré-Modernismo. Nesta perspectiva de leitura, o protagonista, em sua trajetória de desilusões e embates em nome da causa nacional, seria um porta-voz desse sentimento tão próprio às sociedades modernas. Neste caso, um herói que luta até o seu triste fim contra um mal-estar da civilização brasileira.

Referências

- BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1986.
- CANDIDO, Antonio. *O Romantismo no Brasil*. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.
- _____. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Vol. 2. 5ed. Belo Horizonte:Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1975.
- CUTI, Luiz Silva. *Lima Barreto: retratos do Brasil negro*. São Paulo: Selo Negro, 2011.
- KEHL, Maria Rita. *Ressentimento*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2004. (Coleção clínica psicanalítica/ dirigida por Flávio Carvalho Ferraz).

LESSA, Carlos. Nação e nacionalismo a partir da experiência brasileira. *Revista Estudos Avançados*, São Paulo, v. 22, n. 62, Jan./Abr. 2008.

LIMA BARRETO, Afonso Henriques de. *Triste fim de Policarpo Quaresma*. São Paulo: Objetivo, 2000.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Modernidade e questão nacional. *Revista Lua Nova*. São Paulo/SP, n. 20, maio/1990.

ORTIZ, Renato. O Guarani: um mito de fundação da brasilidade. *Revista Ciência e Cultura*. São Paulo/SP, n. 40, março/1988.

PRADO, Antonio Arnoni. *Lima Barreto in Literatura Comentada*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

PROENÇA, Domício. *Estilos de Época na Literatura*. 11. ed. São Paulo: Ática, 1992.

SANTIAGO, Silviano. *Uma ferroada no peito do pé in: Vale quanto pesa: ensaios sobre questões político-culturais*. Rio de Janeiro: 1982.

SEVCENCO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003.

SODRÉ, Nelson Werneck. *A ideologia do colonialismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1965.

Recebido em 9 de novembro de 2012.

IZABEL CRISTINA CAVALCANTI DA CRUZ

Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Graduada em Letras pelas Faculdades Integradas Tereza D'Ávila-SP (1997). Professora da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso desde o ano 2000 e formadora do CEFAPRO/Cuiabá desde 2009. E-mail: izabelccruz@hotmail.com.

FAUSTO CALAÇA

Professor do Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagem e do curso de Graduação em Psicologia, ambos da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT). Doutor em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília (UnB – 2010). Realiza pesquisa de Pós-doutorado no *Groupe International de Recherches Balzaciennes* (GIRB) na Université Diderot-Paris7, com bolsa da CAPES. E-mail: faustocalaca@gmail.com.